

Assembleia aprova assinatura do Aditivo ao Acordo coletivo!



A assembleia realizada na quinta-feira, 17/9, tinha como uma de suas pautas a proposta de aditivo ao Acordo Coletivo, acerca do atual banco de horas. Após várias tentativas de negociação com a reitoria, para que essas horas fossem abonadas, integral ou parcialmente, tendo em vista a situação excepcional de pandemia, chegou-se a uma proposta final da reitoria de extensão do prazo para compensação das horas positivas ou negativas por 6 meses, a contar do momento de retorno às atividades presenciais em situação de “normalidade”. A redação exata do termo (que foi divulgado em nosso site no link: <https://bit.ly/2ZugPsz>)

A formulação exata da proposta é a seguinte, na Cláusula 4 do acordo coletivo fica acrescido o seguinte trecho:

“§ 3º - O período para compensação do saldo de horas positivas ou negativas apuradas no banco de horas até 30 de setembro de 2020 será, excepcionalmente, de 6 (seis) meses, contados do retorno ao trabalho para o desempenho das atividades de forma presencial e com a possibilidade da extensão da jornada contratual de trabalho, respeitadas as diretrizes de segurança estabelecidas pelo Governo do Estado de São Paulo para o enfrentamento da pandemia”

Apesar da aprovação, a avaliação de muitos que entrevistamos sobre o ponto foi de que a postura da reitoria, em não abonar as horas, é absurda. Além disso, foram expressas dúvidas sobre a redação do termo, principalmente acerca de quais critérios e quem definiria o início da contagem do prazo, e ficou encaminhado que levaríamos esses questionamentos

para a reunião da Copert, que já estava marcada para o dia seguinte da Assembleia

(informaremos os detalhes mais à frente neste boletim).

Assembleia aponta necessidade de unificar o funcionalismo e o conjunto dos trabalhadores contra os ataques!

A Assembleia também discutiu os diversos temas da conjuntura atual, particularmente o PL 529 do Doria e a Reforma Administrativa do Bolsonaro, ambos projetos que representam um duro ataque aos serviços e aos servidores públicos.

Foram aprovadas resoluções no sentido de associarmos esses dois projetos como parte de um mesmo plano político geral, de buscar jogar os impactos da crise nas costas dos trabalhadores para preservar os grandes bilionários capitalistas, que inclusive viram seus lucros aumentarem durante a pandemia.

Foi aprovado nos incorporamos às

iniciativas de mobilização que estão sendo construídas pelo Fórum de Entidades do Funcionalismo. Também foi aprovada uma carta às centrais sindicais, exigindo que se coloquem ativamente na construção da luta contra esses projetos, bem como um chamado aos movimentos sociais e ao conjunto dos trabalhadores para lutarmos juntos em defesa dos serviços públicos e de nossas condições de vida e trabalho!

Aprovamos ainda moções em apoio à greve dos funcionários da Embraer, que lutam contra mais de 2.500 demissões, bem como à heróica greve dos Correios, que enfrenta a retirada de direitos e os planos de privatização da empresa!

Resistir ao retorno ao trabalho presencial, em defesa da Vida!

Esta Assembleia também reforçou as deliberações já definidas na Assembleia anterior, de rechaçar o plano de retorno das atividades presenciais da reitoria, defendendo a manutenção da quarentena e do isolamento social.

Reforçamos a orientação de realizar reuniões nas unidades, para organizar, a partir de cada local de trabalho, a resistência a este retorno, responsabilizando também os chefes e

dirigentes que convocarem seus funcionários a retornar. Orientamos, ainda, que os funcionários forçados a retornar denunciem ao sindicato!

E para ajudar no levantamento da situação do retorno no conjunto da universidade, aprovamos fazer um formulário online, garantindo o anonimato de quem responder. Em breve vamos desenvolver esse formulário e divulgaremos amplamente o link.

Reunião da Copert define detalhes sobre o início da contagem dos 6 meses adicionais!

Na sexta, 18/9, ocorreu reunião da Copert (comissão permanente de relações do trabalho) para fecharmos os detalhes da assinatura do termo aditivo ao Acordo Coletivo, tanto na parte sobre o banco de horas atual, que foi deliberado na Assembleia do dia anterior, quanto na questão da prorrogação do conjunto do acordo por 1 ano, conforme deliberado na Assembleia de 11 de agosto.

A principal discussão girou em torno da definição de um parâmetro mais exato para iniciar a contagem dos 6 meses

previstos no aditivo. No termo, diz: **“contados do retorno ao trabalho para o desempenho das atividades de forma presencial e com a possibilidade da extensão da jornada contratual de trabalho, respeitadas as diretrizes de segurança estabelecidas pelo Governo do Estado de São Paulo para o enfrentamento da pandemia”**.

Após a discussão, ficou consolidada a compreensão, que constará em Ata da reunião, que o prazo começará a contar por campus, de acordo com o retorno das

atividades nas condições de normalidade a partir das definições do plano USP de retorno gradual. Ou seja, apenas na fase do plano na qual ocorra o retorno em condições nas quais seja permitida a compensação (o que, pelos próprios termos do plano, só seria possível na fase

E, já que até a fase D ainda estão previstas escalas especiais de trabalho). Essas condições também se aplicam aos órgãos que realizam atividades essenciais e que seguem trabalhando, como a segurança e especialmente os hospitais, como é o caso do HU e agora também do HRAC.

Em reunião do CO reitoria aprova nota que passa o pano para o resto do PL 529, tentando livrar só as universidades!

Na última terça-feira, ocorreu reunião do CO. Na pauta, a própria reitoria colocou uma proposta de manifestação do conselho sobre o PL 529. No entanto, a nota apresentada pela reitoria criticava apenas a inclusão das universidades no projeto, sem mencionar os diversos outros órgãos públicos que estão sob a mira do governo. Aliás, tanto pior do que isso, a nota chega a dizer que o PL parte de um diagnóstico correto (veja a íntegra no link: <https://bit.ly/350Mzg3>). Ora, nada mais falso, pois a justificativa do governo para o projeto é que seria necessário para cobrir um suposto déficit de 10 bilhões nas contas públicas, quando somente em 2019 o estado deixou de arrecadar 24 bilhões em desonerações fiscais, a maioria delas para grandes empresas. Sem mencionar outros pontos constrangedores da nota, como a menção do papel das Universidades paulistas na formação das **“elites dirigentes do país”**, no melhor **espírito bandeirante paulista** que marcou a criação da USP em 1934. Em resumo, a manifestação do CO, ao não combater o conjunto do projeto, afasta a universidade dos outros setores sociais que serão afetados pelos impactos do PL, tanto

trabalhadores dos órgãos ameaçados de extinção/privatização, quanto da população em geral que utiliza esses serviços.

Os representantes dos funcionários apresentaram na reunião uma proposta alternativa, em oposição à proposta da reitoria. Dentre as notas aprovadas por diversas congregações, a que mais se aproxima do conteúdo que defendemos foi a aprovada pela Faculdade de Educação (veja aqui: <https://bit.ly/3mxQ0xx>). Sendo assim, apresentamos como proposta que ao invés da nota apresentada pela reitoria, o CO aprovasse essa nota da FEUSP. Infelizmente, a maior parte do conselho optou por se isolar dos outros setores que lutam contra o conjunto do PL, e aprovar uma nota que acaba por ser funcional aos objetivos do governo de dividir as reações ao projeto para conseguir aprová-lo mais facilmente. Isso demonstra, mais uma vez, a cegueira política dos gestores dessa universidade, e que a luta para defender não apenas as universidades, mas o conjunto dos serviços públicos está, como sempre, nas mãos dos trabalhadores e estudantes, aliados ao conjunto da população.

Vidas Negras Importam! Basta!

REINTEGRAÇÃO DO BRANDÃO E RETIRADA DOS PROCESSOS!

Sede Fernando Legaspe (Fernandão) Av. Prof. Almeida Prado, 1362, Cidade Universitária, Butantã, São Paulo-SP, CEP: 05508-070 - Tel: 3091 4380/4381 - 3814-5789- email: sintusp@sintusp.org.br – site: www.sintusp.org.br